

RECURSO ESPECIAL Nº 1.793.956 - CE (2019/0020906-5)

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
RECORRENTE : MARIA SOCORRO DOS SANTOS
ADVOGADO : REGINALDO GONÇALVES DE MACEDO - CE011784
RECORRIDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto por Maria Socorro dos Santos, com amparo nas alíneas "a" e "c" do inciso III do art. 105 da CF/1988, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região assim ementado (e-STJ, fl. 176):

PROCESSUAL CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE REQUERIDA POR GENITORA DE EX-SEGURADO. DEPENDÊNCIA ECONÔMICA. NÃO COMPROVAÇÃO. DESPROVIMENTO DO APELO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA.

1. Caso em que a autora pretende a concessão de pensão urbana por morte, decorrente do falecimento do seu filho, tendo o magistrado singular indeferido o pedido;

2. 2. Consoante o art. 16, da Lei nº 8.213/91, a dependência econômica é presumida somente com relação ao cônjuge, companheiro(a) e filho não emancipado menor de 21 anos ou inválido, devendo, em relação aos pais, ser comprovada;

3. 3. A mera contribuição do falecido, ex-segurado da Previdência Social, nas despesas da casa da genitora não demonstra que havia dependência econômica desta em relação ao primeiro (ainda que o filho fosse solteiro), pois, além do pretenso instituidor residir em São Paulo, inexistente comprovação da habitualidade da ajuda financeira, estando, inclusive, à época do óbito o mesmo desempregado há 14 meses. Além disso, a autora já era titular de aposentadoria por idade muito antes da ocorrência do fato gerador (óbito), o que corrobora o fato da mesma não depender do filho para a sua subsistência;

4. Ademais, a prova testemunhal restou frágil (ouvida única testemunha, a qual não soube dizer se a requerente já era aposentada quando do falecimento do filho, não fornecendo informações necessárias a demonstrar que teria conhecimento dos fatos), impondo-se, assim, a manutenção da sentença que indeferiu o pedido.

5. Apelação desprovida.

Os embargos de declaração (e-STJ, fls. 182-196) tiveram provimento negado, nos termos da decisão de e-STJ, fls. 221-227.

A insurgente alega, além de divergência jurisprudencial, violação dos arts. 9º e 10 do CPC/2015.

Afirma, em síntese, que não foi concedida oportunidade para se manifestar sobre a prova exclusivamente material a fim de provar a

Superior Tribunal de Justiça

dependência econômica.

Aduz malferido o princípio da não surpresa, articulando com a nulidade da decisão proferida, pois não intimada a parte para se manifestar sobre questão nova.

Sustenta, ainda, que a dependência econômica não necessita ser total, mas apenas uma situação de regular ajuda, podendo ser parcial.

Contrarrazões apresentadas (e-STJ, fls. 353-358).

Admitido o recurso especial na origem (e-STJ, fl. 360), foram os autos remetidos a esta Corte de Justiça.

É o relatório.

O Tribunal de origem não reconheceu a condição de dependência econômica da recorrente, mãe do segurado, sob a seguinte fundamentação (e-STJ, fls. 173-174):

Consoante dispõe o art. 74 da Lei nº 8.213/91, o benefício de pensão por morte será devido aos dependentes do segurado, estivesse o falecido em atividade ou aposentado. O que se exige, como requisito para a concessão do benefício, é a comprovação da condição de segurado do falecido à época da morte, bem assim a condição de dependente da requerente.

No caso em questão, sendo o instituidor filho da postulante, a dependência econômica deve ser comprovada, pois, de acordo com o art. 16, da Lei nº 8.213/91, essa é presumida somente com relação ao cônjuge, companheiro(a) e filho não emancipado menor de 21 anos ou inválido.

Analisando os autos, verifica-se que a demandante não logrou êxito em comprovar a dependência econômica em relação ao filho.

Segundo a autora, o pretenso instituidor do benefício morava e trabalhava em São Paulo, percebendo um pouco mais de um salário mínimo, pois faria horas extras e que mensalmente, enviaria, em média, R\$ 200,00 (duzentos reais) para ajudar nas despesas da casa, inclusive, teria mandado R\$ 3.000,00 (três mil reais), para ela (requerente) comprar uma casa.

Ressalte-se, inicialmente, que a mera contribuição do falecido, ex-segurado da Previdência Social, nas despesas da casa da genitora não demonstra que havia dependência econômica desta em relação ao primeiro (ainda que o filho fosse solteiro), pois, além do pretenso instituidor residir em São Paulo, inexistente comprovação da habitualidade da ajuda financeira, estando, inclusive, à época do óbito o mesmo desempregado há 14 meses, conforme CTPS de fl. 28. Além disso, a autora já era titular de aposentadoria por idade muito antes da ocorrência do fato gerador (óbito), o que corrobora o fato da mesma não depender do filho para a sua subsistência.

A prova testemunhal, por sua vez, restou frágil (ouvida única testemunha), não soube fornecer dados que esclarecessem as reais condições da autora. Note-se que ele apenas "ouvi dizer que o filho mandava dinheiro para a requerente quase todos os meses".

Assim, mesmo para aqueles que aceitam a prova exclusivamente testemunhal meio hábil à comprovação do direito ao benefício em questão, como é o caso desta Relatoria e desta eg. Segunda Turma, é necessário que esta se mostre robusta e suficiente a demonstrar com clareza e segurança os fatos que se

deseja reconhecer, o que não ocorreu na hipótese vertente.

Desse modo, considerando que a requerente não comprovou a sua qualidade de dependente em relação a seu filho falecido, impõe-se a manutenção da sentença que indeferiu o pedido pleiteado.

No caso, verifica-se, do excerto transcrito, que não ficou demonstrado, nas razões do especial, a violação de lei federal, uma vez que o dispositivo apontado não tem comando normativo capaz de amparar a tese recursal e de infirmar o Juízo consignado no acórdão atacado, fazendo incidir no caso o teor da Súmula 284/STF.

No ponto:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. APOSENTADORIA ESPECIAL. VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO CPC NÃO CONFIGURADA. INVIÁVEL A ANÁLISE DA NR-15. ART. 105, III, "a", DA CF/1988. FUNDAMENTO NÃO ATACADO. SÚMULA 284/STF. COMPROVAÇÃO DO LABOR ESPECIAL. SÚMULA 7/STJ.

1. Não se configura a ofensa ao art. 1.022 do Código de Processo Civil, uma vez que o Tribunal de origem julgou integralmente a lide e solucionou a controvérsia, tal como lhe foi apresentada. Não é o órgão julgador obrigado a rebater, um a um, todos os argumentos trazidos pelas partes em defesa da tese que apresentaram.

2. A insurgência do INSS, portanto, volta-se contra a citada NR-15 do MTE, cuja análise é inviável em Recurso Especial, pois tal ato normativo não se enquadra no conceito de "tratado ou lei federal" de que cuida o art. 105, III, "a", da Constituição Federal.

3. A Autarquia Previdenciária entende que Tribunal de origem negou vigência aos arts. 68, §§ 2º, 3º e 4º, do Decreto 3.048/1999, 58 da Lei 8.213/91, uma vez que seria incabível o reconhecimento da especialidade do labor desenvolvido pelo ora recorrido lastreado tão somente em avaliação qualitativa. No entanto, esses artigos não possuem comando normativo apto a infirmar as razões colacionadas no acórdão recorrido, atraindo a incidência da Súmula 284/STF.

4. O acórdão decidiu com base no acervo fático-probatório dos autos. Qualquer conclusão em sentido contrário do que ficou expressamente consignado no acórdão recorrido, acatando as razões do recorrente, demanda o reexame do suporte fático-probatório dos autos. Aplicação da Súmula 7/STJ.

5. Recurso Especial parcialmente conhecido e não provido.

(REsp 1.656.135/RS, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 20/4/2017, DJe 2/5/2017)

PROCESSUAL CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. INOCORRÊNCIA. RENDA MENSAL INICIAL. REVISÃO. INCLUSÃO DE TEMPO DE SERVIÇO. PROVAS INAPTAS A COMPROVAR TODO O VÍNCULO ALEGADO. RECIBOS

INSUFICIENTES. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 7/STJ. INCIDÊNCIA. AUSÊNCIA DE COMANDO NORMATIVO EM DISPOSITIVO LEGAL APTO A SUSTENTAR A TESE RECURSAL. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. INCIDÊNCIA, POR ANALOGIA, DA SÚMULA N. 284/STF. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. HONORÁRIOS RECURSAIS. NÃO CABIMENTO. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. DESCABIMENTO.

I – Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. *In casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015 para o presente Agravo Interno, embora o Recurso Especial estivesse sujeito ao Código de Processo Civil de 1973.

II – A Corte de origem apreciou todas as questões relevantes apresentadas com fundamentos suficientes, mediante apreciação da disciplina normativa e cotejo ao posicionamento jurisprudencial aplicável à hipótese. Inexistência de omissão, contradição ou obscuridade.

III – *In casu*, rever o entendimento do Tribunal de origem, o qual consignou que as provas dos autos comprovam, tão somente, o vínculo com a empresa *Staff Recurso Humanos*, demandaria necessário revolvimento de matéria fática, o que é inviável em sede de recurso especial, à luz do óbice contido na Súmula n. 7/STJ.

IV – *In casu*, rever o entendimento do Tribunal de origem, que consignou que os recibos acostados aos autos para fins de comprovação de vínculo empregatício com a empresa *Dominium Corp* não se revelaram suficientes para implicar início de prova material, demandaria necessário revolvimento de matéria fática, o que é inviável em sede de recurso especial, à luz do óbice contido na Súmula n. 7/STJ.

V - A jurisprudência desta Corte considera deficiente a fundamentação do recurso quando os dispositivos apontados como violados não têm comando normativo suficiente para infirmar os fundamentos do aresto recorrido, circunstância que atrai, por analogia, a incidência do entendimento da Súmula n. 284 do Supremo Tribunal Federal.

VI - Não apresentação de argumentos suficientes para desconstituir a decisão recorrida.

VI – Não apresentação de argumentos suficientes para desconstituir a decisão recorrida.

VII – Honorários recursais. Não cabimento.

VIII – Em regra, descabe a imposição da multa, prevista no art. 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil de 2015, em razão do mero improvimento do Agravo Interno em votação unânime, sendo necessária a configuração da manifesta inadmissibilidade ou improcedência do recurso a autorizar sua aplicação, o que não ocorreu no caso.

IX - Agravo Interno improvido.

(AgInt no REsp 1.638.404/RJ, Rel. Min. REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 22/5/2018, DJe 5/6/2018)

Superior Tribunal de Justiça

Por fim, o óbice processual por deficiência na fundamentação impede o conhecimento do recurso amparado em divergência jurisprudencial.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. LICITAÇÃO. CREDENCIAMENTO. SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 1.022 DO CPC/2015. AUSÊNCIA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO CONFIGURADA. JULGAMENTO CONTRÁRIO AOS INTERESSES DA PARTE. PREVISÃO EDITALÍCIA. VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. SUPOSTA VIOLAÇÃO A DISPOSITIVOS DA LEI Nº 8.666/1993 E DO CÓDIGO CIVIL. RAZÕES RECURSAIS INAPTAS DE INFIRMAR OS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO. SÚMULAS 284 E 283/STF. REEXAME DE FATOS E PROVAS E INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. EXAME PREJUDICADO. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

[...]

3. Não se conhece do recurso especial por deficiência na sua fundamentação, estando as razões do recurso genéricas e dissociadas do que decidido no acórdão recorrido, bem como quando não impugnam fundamento autônomo, suficiente por si só à manutenção do julgado (Súmulas 284 e 283/STF).

[...]

5. "Resta prejudicada a análise da divergência jurisprudencial se a tese sustentada esbarra em óbice sumular quando do exame do recurso especial pela alínea 'a' do permissivo constitucional" (EDcl nos EDcl no REsp 1.065.691/SP, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 18/6/2015).

6. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1.343.289/AP, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 6/12/2018, DJe 14/12/2018)

PROCESSUAL CIVIL. ARTS. 535 E 458 DO CPC/1973. VIOLAÇÃO. INEXISTÊNCIA. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. REQUISITOS. SÚMULA 7 DO STJ. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO. NÃO IMPUGNAÇÃO. SÚMULAS 283 E 284 DO STF. INCIDÊNCIA. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. EXAME. PREJÚZO.

1. O Plenário do STJ decidiu que "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas

até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça" (Enunciado Administrativo n. 2).

Superior Tribunal de Justiça

2. Não há contrariedade ao disposto nos arts. 535 e 458 do CPC/1973 quando o acórdão impugnado aprecia fundamentadamente a controvérsia, apontando as razões de seu convencimento, como verificado na espécie.
3. Dissentir da conclusão a que chegou a Corte de origem, em que reconhece a presença dos requisitos autorizadores da desconsideração da personalidade jurídica, demanda o reexame do contexto fático-probatório dos autos, providência inviável em sede de recurso especial, nos termos da Súmula 7 do STJ.
4. "A jurisprudência desta Corte considera deficiente a fundamentação quando a parte deixa de impugnar fundamento suficiente para manter o acórdão recorrido, apresentando razões recursais dissociadas dos fundamentos utilizados pela Corte de origem" (AgInt no Resp 1.629.094/RS, Rel. Min. REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, DJe 03/08/2017). Aplicação das Súmulas 283 e 284 do STF.
5. É pacífico o entendimento do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que a incidência dos óbices sumulares quando do exame do recurso especial pela alínea "a" inviabiliza também a análise da divergência jurisprudencial.
6. Agravo interno desprovido.
(AgInt no AREsp 1.004.149/SP, Rel. Min. GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 3/5/2018, Dje 11/6/2018)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015, não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator